

ADO

↳ **conceito**: O que se busca é combater uma "doença" chamada pela doutrina de "síndrome de inefetividade das normas constitucionais".

art. 103, § 2º CF → quando declarada a inconstitucionalidade por omissão como medida pl tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente pl adoção das providências necessárias.

importante → o que se busca é tornar efetiva uma norma constitucional destituída de efetividade, ou seja, destina-se pl as normas constitucionais de eficácia limitada.

↳ **competência**: o STF é o tribunal competente pl o julgamento, de forma originária, da ADO, quando o responsável pl suprir a omissão for o Congresso Nacional ou o Pres. da República, ou, ainda, órgão administrativo que se submeter à sua competência.

↳ **legitimidade**: são os mesmos legitimados pl propor uma ADI genérica.

↳ **art. 103 CF.**

↳ **PROCEDIMENTO**: o procedimento é praticamente o mesmo da ADI genérica, com poucas diferenças.

Proposta a ação pelos legitimados, o requerido será o responsável pl suprir a omissão, ou seja, os órgãos ou as autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional.

→ o **Relator** poderá solicitar a manifestação do AGU, que deverá ser encaminhada no prazo de 15 dias.

→ o **Procurador Geral da República**, por sua vez, nas ações em que não for autor, terá vista do processo, por 15 dias, após o decurso do prazo pl informações.

↳ **MEDIDA CAUTELAR**:

- suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado, no caso de omissão parcial,
- suspensão dos processos judiciais ou de procedi-

mentos administrativos;

- ou ainda em outra providência a ser estabelecida.

↳ **efeitos da decisão:** o art. 108, § 2º, estabelece efeitos diversos p/ o poder competente e p/ o órgão administrativo.

- **poder competente:** será dada ciência ao poder competente, não tendo sido fixado qualquer prazo p/ a elaboração da lei,

- **órgão administrativo:** deverá editar a medida no prazo de 30 dias, sob pena de responsabilidade.